



Haddad anuncia pacote de R\$ 242 bi para melhorar contas públicas

Gastos com cartão corporativo de ex-presidentes são liberados

Página 4

Salário mínimo de R\$ 1.320 será negociado com centrais sindicais

Página 9

Dólar cai para R\$ 5,10 e fecha no menor valor desde novembro

O anúncio do pacote fiscal pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o alívio no cenário internacional fizeram o mercado financeiro ter um dia de alívio. O dólar atingiu o menor valor desde novembro, e a bolsa de valores teve uma pequena baixa, após cair mais de 1% no início da tarde.

O dólar comercial encerrou a quinta-feira (12) vendido a R\$ 5,101, com queda de R\$ 0,08 (-1,55%). A cotação operou próxima da estabilidade durante a manhã, mas começou a cair no início da tarde, com informações sobre o pacote de ajuste fiscal de R\$ 242,7 bilhões anunciado pelo ministro da Fazenda.

Na mínima do dia, por volta das 15h45, a moeda norte-americana chegou a R\$ 5,07, quando o Ministério da Fazenda tinha anunciado que o pacote poderia fazer o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrar superávit primário de R\$ 11,13 bilhões neste ano. Mais tarde, quando Haddad esclareceu que esse era o cenário mais otimista e que a previsão mais provável é de déficit entre R\$ 90 bilhões e R\$ 100 bilhões, a divisa voltou para a casa dos R\$ 5,10.

Com o desempenho de quinta-feira, o dólar acumula queda de 3,4% em 2023. A divisa está na menor cotação desde 4 de novembro, quando estava em R\$ 5,05.

O pacote fiscal também amenizou a queda na bolsa de valores. O índice Ibovespa, da B3, fechou o dia aos 111.850 pontos, com recuo de 0,59%. O indicador chegou a cair 1,2% por volta das 12h15, afetado pelo escândalo contábil nas Lojas Americanas, que revelou a existência uma dívida de R\$ 20 bilhões que não constava do balanço. As ações da varejista caíram 77,33% na quinta-feira, afetando o Ibovespa. (Agência Brasil)

Porto de Santos fecha 2022 com recorde na movimentação de cargas



Página 3

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou uma série de medidas fiscais para fazer o governo registrar superávit primário em 2023. As medidas envolvem reversão de desonerações, mudanças no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e uma nova renegociação especial de dívidas chamada Programa Litígio Zero.

De acordo com o Ministério da Economia, as mudanças poderão fazer o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrar, no cenário mais otimista, supe-

rávito primário de R\$ 11,13 bilhões em 2023, contra previsão de déficit de R\$ 231,55 bilhões estabelecido no Orçamento Geral da União deste ano.

De acordo com o ministro, a previsão, no cenário mais realista, é que o déficit primário feche o ano em pouco menos de 1% do Produto Interno Bruto (PIB), entre R\$ 90 bilhões e R\$ 100 bilhões. O pacote inclui envolvidas medidas e reestimativas de receitas que elevarão a arrecadação em até R\$ 196,68 bilhões e reduzirão as despesas em até R\$ 50 bilhões. Página 3

Lula sanciona lei da Política Nacional de Educação Digital

Página 4

Varejo paulistano cresceu 25,5% em dezembro devido às compras de Natal

Página 2

Inflação acelerou em todas as faixas de renda em dezembro

Página 3

Esporte

Conti/Bianchi atravessam o "Empty Quarter" em 10º nos UTVs T4

O primeiro dos três dias no "Empty Quarter" do Dakar foi disputado na quarta-feira. A 10ª etapa entre Haradh com e Shaybah teve um longo deslocamento de 508km mas o que contou mesmo e testou a habilidade de pilotos e navegadores foi a Especial de 114km disputada em um território inabitado no meio da imensidão de areia e dunas no Sudeste da Arábia Saudita.

Curta e técnica, a Especial exigiu sobretudo muita concentração na navegação neste território inóspito e Bruno Conti/Pedro Bianchi Prata #409 subiram mais cinco posições. Página 10



Dupla Conti/Bianchini Prata no desafiante e inóspito "Empty Quarter"

Mundial de Fórmula-E 2023 começa neste sábado no México



Sérgio Sette Câmara

No fim da tarde deste sábado, dia 14 de janeiro, no Autódromo Hermanos Rodríguez, na cidade do México, receberá a largada oficial do Campeonato Mundial da Fórmula-E 2023. A nona temporada da mais importante competição de carros elétricos do planeta marca, dentre outras novidades, a estreia dos novíssimos carros da terceira geração (Gen3). Partindo para a sua terceira temporada completa na competição o brasileiro Sérgio Sette Câmara, atualmente com 24 anos, está animado para um ano que marcará importantes desafios para sua carreira. Página 10

Falcão recupera título e fatura o troféu de Rei do Drible em 2023

Considerado o Rei do Futebol, Falcão retirou um "espelho" entalado na garganta há um ano. No domingo, no Ginásio Poliesportivo de São Bernardo do Campo Adib Moysés Dib, no ABC Paulista, ele recuperou o título do Rei e Rainhas do Drible 2023, evento que valoriza o futebol arte. E o fez em grande estilo. Além da vitória por 21 a 15 da sua equipe, capitaneada por Debinha, sobre o time de Diego Ribas, ele levou o troféu de Rei do Drible, como

o melhor da partida. Falcão marcou 14 pontos, "fora o baile", como se diz na gíria do futebol de rua. Além de várias jogadas geniais, ele pontuou com três chutes e cinco gols, um deles de bicicleta, após um passe de costas de Adoniass. O companheiro do craque do futebol foi o segundo maior pontuador, com sete, empatado com Lucaneta, do time Diego Ribas (o ex-craque do Flamengo marcou cinco pontos). Página 10

Etiene Medeiros está de volta a Recife (PE) na temporada 2023



Nadadora está de mudança para a capital pernambucana. Ano novo, vida nova. A frase, tão comum a cada virada de ano, se encaixa perfeitamente nos planos da pernambucana Etiene Medeiros para 2023. Fundadora do Instituto Etiene Medeiros (IEM), com sede em Recife, Etiene está de mudança para a capital pernambucana, onde passará a frequentar mais de perto a instituição. Página 10

Previsão do Tempo

Sexta: Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.



Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,09
Venda: 5,09

Turismo
Compra: 5,21
Venda: 5,29

EURO

Compra: 5,52
Venda: 5,52

Governo cria Programa de Parcerias de Investimentos

O governador Tarcísio de Freitas instituiu na quarta-feira (11), por meio do decreto 67.443, o Programa de Parceria de Investimentos (PPI-SP). A iniciativa, que será coordenada pela Secretaria de Parcerias em Investimentos, nasce com o desafio de fortalecer e ampliar a cooperação entre o poder público e o setor privado.

O objetivo principal do PPI-SP é ampliar as oportunidades de investimento, emprego, de-

envolvimento socioeconômico, tecnológico, ambiental e industrial de São Paulo.

O programa vai basear sua atuação na sustentabilidade dos projetos, na segurança jurídica, estabilidade das normas e observância e nas melhores práticas nacionais e internacionais. Esses fatores nortearão a relação entre o estado e as empresas parceiras.

"Nossa ideia é garantir a expansão da infraestrutura no ter-

ritório paulista, unindo qualidade de projeto e tarifas adequadas ao consumidor", ressaltou o secretário de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini. Destaca ainda que a promoção da competição ampla e justa na celebração das parcerias e na prestação de serviços também resulta em benefícios aos paulistas, que se beneficiarão de equipamentos melhores a menores custos.

Transporte
Fortalecer a integração dos

meios de transporte de passageiros e de bens é iniciativa que está no radar do PPI-SP. Os projetos nesta área serão desenvolvidos sempre com atenção máxima às políticas públicas de meio ambiente, desenvolvimento regional e urbano, combinando segurança da população, praticidade e conforto.

Municípios
Pelo caráter estratégico e seu alto grau de complexidade, projetos de infraestrutura contratados por municípios paulis-

tas poderão integrar o PPI-SP, após aprovação, bem como as obras e serviços de engenharia, principalmente os desenvolvidos em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Uma vez admitidos, esses projetos terão tramitação prioritária no âmbito da administração pública estadual.

Governança
Ao mesmo tempo que os projetos devem seguir as normas de governança interna da administração pública, com ri-

goroso acompanhamento em todas as suas etapas, é necessário que os secretários de estado e dirigentes de autarquias adotem medidas voltadas à simplificação na gestão de contratos de parcerias.

Para otimizar os processos é preciso buscar o compartilhamento de instrumentos, experiências e conhecimentos técnicos pertinentes aos projetos do PPI-SP, além da necessária articulação com os órgãos internos e externos de controle e demais entidades da administração pública.



CESAR NETO
www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Histórias: Comitê de Imprensa (jornalistas que cobriam até meados dos anos 1990), foi Escola, na qual até "adversários" se respeitavam. Foi lá meu 1º credenciamento em 1993

PREFEITURA (São Paulo)
Histórias: Comitê de Imprensa (jornalistas que cobriam até meados dos anos 2000) uma Escola. Foi lá que fui eleito dirigente, em 1997, quando a sede ainda era no Palácio das Indústrias

ASSEMBLEIA
Histórias: Comitê de Imprensa (jornalistas que cobriam desde 1947) foi o mais importante das Casas estaduais do Brasil. Nossa Sala de Imprensa recebia as entrevistas coletivas dos políticos ...

ESTADO
... nacionais e internacionais (tudo registrado nos arquivos históricos da ALESP). O nome da Associação (desde 1947) era Cronistas Parlamentares de São Paulo. Entre seus fundadores (1947) ...

SÃO PAULO
... Sólton Borges dos Reis (falecido), depois vice-prefeito na capital e Murillo Antunes Alves (falecido), depois vereador na capital. Hoje é Associação dos Cronistas de Política de São Paulo

GOVERNO (São Paulo)
Histórias: Comitê de Imprensa (jornalistas que cobriam até meados dos anos 1990) foi todo reformado pelo governo Orestes Quércia, até porque ele foi radialista, jornalista e depois dono ...

(São Paulo)
... de rádios, jornais e tvs (em Campinas). Em São Paulo, destaque para o centenário "Diário Popular", que circulou até o final do Século 20. Em tempo: todos foram Escolas de jornalismo

CONGRESSO (Brasil)
Histórias: Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados (jornalistas que ainda cobriam o cotidiano da Câmara (Deputados) e Senado) foi Escola de Jornalismo e produziu inúmeros políticos ...

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Histórias: a Casa não tem - formalmente - um Comitê de Imprensa nos padrões dos que surgiram em países livres após o final da 2ª Grande Guerra Mundial. As Escolas de jornalismo são outras

PARTIDOS (Brasil)
Histórias: são vários os donos, ou sócios preferenciais das legendas, que vieram das Escolas de jornalismo, ainda que não Comitês de Imprensa. Porém, hoje o mercado (assessorias) domina

JUSTIÇAS (Brasil)
Histórias: desembargador Sartori começa a se destacar no jornalismo (rádio e tv) news Jovem Pan). Sua Escola de Jornalismo foi ter sido o mais jovem presidente do Tribunal de Justiça (São Paulo)

ANO 31
O jornalista Cesar Neto publica a coluna de política <cesarneto.com> desde 1993 na imprensa (Brasil). Recebeu "Medalha Anchieta" (Câmara paulistana) e "Colar de Honra ao Mérito" (Assembleia - SP), como referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo
Administração e Redação
AZ Editores de Jornais,
Livros, Revistas Ltda
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Varejo paulistano cresceu 25,5% em dezembro devido às compras de Natal

As vendas no varejo da capital paulista cresceram 25,5% em dezembro de 2022 na comparação com novembro, de acordo com o Balanço de Vendas, indicador feito pelo Instituto de Economia Gastão Vidigal (IEGV) da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) com base em amostra da Boa Vista. Em relação a dezembro do ano anterior,

o balanço teve aumento de 0,7% e, comparado ao mesmo mês de 2019, a alta foi de 2,7%.

Segundo o economista Ulisses Ruiz de GAMBORA, a alta em dezembro ocorreu porque a atividade econômica foi mais forte, além de haver maior taxa de ocupação e emprego. Também deve ser levado em conta o aumento da con-

finança do consumidor e das vendas registrado no Natal.

"É preciso considerar que a alteração no funcionamento do comércio não anteciparam as vendas da seleção brasileira influenciou negativamente nas vendas. Além disso, tivemos menos dias úteis entre um ano e outro", disse GAMBORA.

Segundo a ACSP, a pesquisa

São Paulo inicia transição de serviços funerários para os consórcios

Com a assinatura do contrato de concessão de serviços para o último lote de cemitérios municipais, a Prefeitura de São Paulo deu ordem de início para a implementação de todos os serviços envolvendo a troca de experiências entre o antigo serviço e as concessionárias.

Os quatro consórcios vencedores serão responsáveis pela gestão, operação, manutenção, exploração, revitalização e expansão de 22 cemitérios e um crematório públicos, bem como a administração do crematório já existente e a criação de novos crematórios.

Os cemitérios estão agrupados em quatro blocos:

Bloco 1 (Consolação, Quarta Parada, Santana, Tremembé, Vila Formosa 1 e II e

Vila Mariana) - Concessionária de Cemitérios e Serviços Funerários SPE;

Bloco 2 (Araçá, Dom Bosco, Santo Amaro, São Paulo e Vila Nova Cachoeirinha) - Consórcio Cortel São Paulo;

Bloco 3 (Campo Grande, Lagedado, Lapa, Parelheiros e Saudade) - Consórcio Cemitérios e Crematórios SP;

Bloco 4 (Freguesia do Ó, Itaquera, Penha, São Luiz, São Pedro e Vila Alpina (crematório) - Concessionária Prever Administração Cemeterial e Serviços Funerários S.A.

As concessões terão o prazo de 25 anos e gerarão cerca de R\$ 1,2 bilhão em benefícios econômicos para a cidade, além da qualificação dos serviços oferecidos para usuários.

Todas as gratuidades já garan-

tidas pelas leis municipais permanecerão após a concessão, além da expansão para crematório. A partir da assunção pelos concessionários, haverá redução de 25% no valor do funeral social, que cai de R\$ 755 para R\$ 566.

Benefícios para o município

A expectativa da municipalidade era receber R\$ 539 milhões em outorgas fixas com a concessão, mas, com o dígio, o montante saltou para R\$ 646,5 milhões, ou seja, R\$ 107 milhões a mais para os cofres públicos.

Com a assinatura dos quatro contratos, inicia-se a etapa de transição, que envolve a troca de experiências entre o antigo serviço funerário e os consórcios

responsáveis.

Durante 60 dias, a contar da ordem de início no dia 06 de janeiro de 2023, o Serviço Funerário do Município de São Paulo continuará acompanhando as concessionárias a partir do 1º dia de trabalho até um ano de contrato as concessionárias assumem toda a operação e seguem assistidas pelo Serviço Funerário do Município de São Paulo.

Após o primeiro ano de serviço, há a assunção completa por parte das concessionárias.

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo - SP Regula será responsável por gerir e fiscalizar todos os contratos de concessão dos serviços funerários e cemeteriais da cidade.

Polícia de SP conclui inquérito sobre morte ocorrida durante campanha

A Polícia Civil concluiu o inquérito que apura a morte de um homem na comunidade de Paraisópolis, na zona sul de São Paulo, que ocorreu durante uma agenda de campanha do então candidato ao governo de São Paulo Tarcísio de Freitas, na região.

Como a investigação corre sob sigilo, a polícia não informou as conclusões do inquérito, se foi possível identificar de onde partiu o tiro que atingiu Felipe Silva de Lima e se alguém foi indiciado por essa

morte. No dia 17 de outubro do ano passado, o então candidato, eleito governador de São Paulo, estava visitando o Primeiro Polo Universitário de Paraisópolis quando teve início um tiroteio, que provocou a morte de Felipe Silva de Lima.

As investigações iniciais apontaram que o tiroteio ocorreu após criminosos terem desconfiado que havia policiais sem farda dentro da comunidade. Lima e outra pessoa, que estavam em uma moto, teriam nota-

do a presença de policiais à paisana monitorando a região. A polícia percebeu que os dois estariam armados, e o tiroteio começou.

Inicialmente a polícia havia cogitado a possibilidade de que o tiro tivesse sido disparado por um dos policiais à paisana. "Nós temos um policial do P2 policial à paisana, que se apresentou aqui e disse ter efetuado o disparo na direção da vítima. Muito provavelmente seja ele o autor do disparo que matou a vítima. Mas

não dá para afirmar porque o disparo que atingiu a vítima foi de entrada e saída e não temos perfil para fazer o confronto do perfil com a arma que foi apreendida", disse Sato durante entrevista em outubro do ano passado.

Procurada pela Agência Brasil, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo informou apenas que o caso corre sob sigilo de Justiça, foi investigado e que foi relatado à Justiça em dezembro do ano passado. (Agência Brasil)

Prefeitura intensifica ações do Cate Móvel e da Ade Sampa no final do mês

A partir da terceira semana de janeiro, o Cate - Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo mobiliza todas as suas unidades móveis para prosseguir com o calendário de atendimento ao município de São Paulo. A Ade Sampa - Agência São Paulo de Desenvolvimento também participa das ações. Por meio delas, nos dias determinados, os cidadãos têm acesso aos serviços gratuitos de orientação e apoio à reinserção no mercado de trabalho e ao empreendedorismo. São nove locais atendidos neste mês, abrangendo todas as regiões da cidade.

O Cate e a Ade Sampa são iniciativas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. "Agora, na segunda metade de janeiro e começo de fevereiro, conseguimos planejar

uma agenda ampla, além de manter parcerias como a ocorrida no Metrô para facilitar o acesso. Os serviços que oferecemos são essenciais para que todos os cidadãos possam contribuir e se beneficiar do desenvolvimento socioeconômico da cidade, por isso este ano estamos trabalhando para intensificar ainda mais nossa atuação".

Nos locais, os interessados poderão encontrar vagas de emprego que se encaixem no seu perfil e se candidatar, se inscrever em programas e cursos oferecidos pela Secretaria, obter instruções sobre como baixar a carteira de trabalho digital e como utilizar o Portal Cate, receber orientação especial para empreendedores (incluindo explicações sobre como obter microcrédito), formalizar-se como MEI -

Microempreendedor Individual, regularizar as dívidas do MEI, entre outros.

Calendário:

Nos dias 17, 18 e 19 de janeiro (terça, quarta e quinta-feira), unidades do Cate Móvel e da Ade Sampa estarão em quatro pontos do município. Na zona leste, o atendimento é na Associação Novo Caminho, no Jardim Pantanal. Na zona norte, é no SASF - Serviço de Assistência Social à Família - Cachoeirinha, no Jd. Peri. Na zona oeste, é no Instituto Maria Joazeira dos Santos, no Jardim Boa Vista. Na zona sul, é na Associação dos Moradores do Jardim Dos Eucaliptos, no Jardim Novo Horizonte.

Na semana seguinte, dias 26 e 27 de janeiro (quinta e sexta-feira), uma das unidades estarão no SASF São Judas. Tadeu, no

Jardim Romano, zona leste. No dia 27, haverá ação também na Casa Florescer 2, no Bom Retiro, voltada a pessoas trans e travestis - antecedendo o Dia Nacional da Visibilidade Trans, celebrado em 29 de janeiro.

Na semana que marca o fim de janeiro e início de fevereiro, o primeiro local atendido é o SASF Dom Mario, no Iimirim, zona norte, entre os dias 31 de janeiro, 01 e 02 de fevereiro (terça, quarta e quinta-feira). No mesmo período, a Instituição Acceda, na Morada do Sol, zona oeste, também recebe o Cate Móvel e a Ade Sampa. A programação ainda abrange dias 01, 02 e 03 de fevereiro, o CEU Meninos, em São João Chimaco, zona sul.

Todas as atividades ocorrem das 9h às 15h. É importante levar RG, CPF e carteira de trabalho (que pode ser digital).

Haddad anuncia pacote de R\$ 242 bi para melhorar contas públicas

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou uma série de medidas fiscais para fazer o governo registrar superávit primário em 2023. As medidas envolvem reversão de desonerações, mudanças no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e uma nova renegociação especial de dívidas chamada Programa Litígio Zero.

De acordo com o Ministério da Economia, as mudanças poderão fazer o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrar, no cenário mais otimista, superávit primário de R\$ 11,13 bilhões em 2023, contra previsão de déficit de R\$ 231,55 bilhões estabelecida no Orçamento Geral da União deste ano.

De acordo com o ministro, a previsão, no cenário mais realista, é que o déficit primário feche o ano em pouco menos de 1% do Produto Interno Bruto (PIB), entre R\$ 90 bilhões e R\$ 100 bilhões. O pacote inclui envolvimento

medidas e reestativas de receitas que elevarão a arrecadação em até R\$ 196,68 bilhões e reduzirão as despesas em até R\$ 50 bilhões.

Elevação de receitas

Do lado das receitas, o governo prevê que entrarão R\$ 36,4 bilhões a mais no caixa em relação ao originalmente previsto no Orçamento de 2023. Além disso, haverá R\$ 73 bilhões em receitas extraordinárias, como as mudanças que pretendem aceitar recursos no Carf e de sempar votos em favor do governo (R\$ 35 bilhões), incentivo para denúncias espontâneas de sonegação (R\$ 15 bilhões) e a utilização de recursos parados em um antigo fundo do PIS/Pasep (R\$ 23 bilhões) que havia sido autorizada pela Emenda Constitucional da Transição.

O governo também promoverá uma série de medidas para aumentar a arrecadação de forma permanente, que deverá render R\$ 83,28 bilhões somente

neste ano. Entre as medidas, estão o fim de desonerações no Programa de Integração Social (PIS) e na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), além da mudança no aproveitamento dos créditos do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que era incorporado no PIS/Cofins.

Em relação ao fim das desonerações, o governo prevê que entrarão nos cofres públicos R\$ 28,8 bilhões do fim da alíquota zero do PIS/Cofins sobre a gasolina e o etanol a partir de março. Entrarão ainda R\$ 4,4 bilhões da reversão da desoneração de PIS/Cofins sobre receitas financeiras de grandes empresas, decidida pelo ex-vice-presidente da Receita Federal Hamilton Mourão no fim do ano passado. A partir de abril, os tributos voltarão às alíquotas antigas.

Créditos do ICMS
Sobre o ICMS, em 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF)

havia excluído o imposto da base de cálculo do PIS/Cofins, mas definiu o alcance da medida só no fim de 2021. No entanto, perdurou uma polêmica sobre o cálculo dos créditos tributários de PIS/Cofins deveria incluir ou retirar o ICMS.

Os créditos tributários representam tributos pagos a mais ao longo da cadeia produtiva que podem ser devolvidos às empresas ou usados para abater o pagamento de outros tributos. O governo definiu que os créditos de PIS/Cofins não serão calculados sobre o ICMS, apenas sobre a base de cálculo determinada pelo STF. Isso resultará em mais arrecadação para a União.

Redução de gastos

Do lado das despesas, a medida prevê a redução de gastos em R\$ 50 bilhões. Desse total, R\$ 25 bilhões virão da revisão permanente de contratos e programas, que será executada pelo Ministério do Planejamento, e R\$ 25 bilhões

virão de empenhos (autorização de execução) abaixo do autorizado no Orçamento de 2023.

Carf

Em relação ao Carf, órgão que julga recursos administrativos de contribuintes que devem à Receita Federal, a mudança mais importante ocorrerá no sistema de votação. O governo retomará o voto de desempate da Fazenda, já recomendada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no julgamento de conflitos tributários. Com a medida, as chances de a Receita ganhar os processos aumentam, melhorando o caixa do governo.

O governo também introduzirá o Programa Litígio Zero, que funcionará no molde dos tradicionais Refis e prevê a renegociação em condições especiais de dívidas com a União. As pessoas físicas, micro e pequenas empresas com dívidas abaixo de 60 salários mínimos poderão obter descontos de 40%

a 50% sobre o valor total do débito, com prazo de até 12 meses para pagar.

Para empresas que devem mais de 60 salários mínimos, haverá um desconto de 100% sobre multas e os juros e a possibilidade de usar prejuízos de anos anteriores para abater de 52% a 70% do débito. Segundo o Ministério da Fazenda, isso incidirá apenas sobre dívidas consideradas irrecuperáveis e de difícil recuperação.

Também haverá o fim dos recursos de ofício dentro do Carf para valores abaixo de R\$ 15 milhões. Nessas casos, melhorando o contribuinte vencer em primeira instância, a Receita Federal deixará de recorrer, encerrando o litígio. De acordo com o Ministério da Fazenda, a medida extinguirá quase 1 mil processos no Carf, no valor total de R\$ 6 bilhões, e ajudará a desafogar o órgão para o julgamento de grandes dívidas. (Agência Brasil)

Porto de Santos fecha 2022 com recorde na movimentação de cargas

O Porto de Santos movimentou 162,4 milhões de toneladas de carga em 2022, montante 10,5% superior a melhor marca anterior, registrada em 2021. Os embarques chegaram a 118,7 milhões de toneladas e os desembarques totalizaram 43,7 milhões de toneladas.

Comparado há 4 anos, o aumento na movimentação foi de

22%, considerando o montante de 133,2 milhões de toneladas movimentadas em 2018, o que representa um crescimento médio anual de 5,1%.

Na movimentação de contêineres, o Porto de Santos também bateu seu recorde, movimentando 5 milhões de TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés) em 2022, um

aumento de 3,2% em relação ao ano anterior, e de 21% na comparação com 2018.

"O porto está chegando perto de sua capacidade máxima para movimentação de contêineres, que é de 5,3 milhões de TEU/ano. Dessa forma, por meio do último Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ), aprovado em 2020, a SPA, Autoridade

Portuária de Santos, realizou cinco leilões e endereçou mais 6 projetos para atender as demandas do porto", destacou a administradora, em nota.

Segundo a SPA, entre os projetos previstos está o novo terminal de contêineres STS 10, que aumentará a capacidade em 2,3 milhões TEU/ano. (Agência Brasil)

Volume de serviços fica estável em novembro

O volume de serviços no Brasil não apresentou variação na passagem de outubro para novembro de 2022. Segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), o setor está 10,7% acima do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 0,5% abaixo do nível recorde, registrado em setembro de 2022.

Na comparação com novembro de 2021, o setor apresentou crescimento de 6,3%. Também houve altas nos acumulados do ano (8,5%) e de 12 meses (8,7%). Na passagem de outubro

para novembro, três das cinco atividades investigadas tiveram queda: informação e comunicação (-0,7%), outros serviços (-2,2%) e serviços prestados às famílias (-0,8%).

Por outro lado, os transportes cresceram 0,3%, enquanto os serviços profissionais, administrativos e complementares, 0,2%.

A receita nominal teve queda de 0,2% na comparação com outubro e altas de 12% em relação a novembro de 2021 e 16% nos acumulados do ano e de 12 meses. (Agência Brasil)

IBGE estima safra recorde de 296,2 milhões de toneladas neste ano

O Brasil deve colher 296,2 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas neste ano, um volume recorde. Os dados, do terceiro prognóstico para a safra 2022, divulgado na quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), preveem um aumento de 12,6%, o equivalente a 33,1 milhões de toneladas, em relação à safra estimada de 2022, de 263,2 milhões de toneladas.

A projeção divulgada na quinta-feira é 0,8% superior à feita

pelo segundo prognóstico da safra, ou 0,2 mil milhões de toneladas, divulgado em dezembro do ano passado.

Em relação a 2022, são esperados aumentos nas produções de soja (24,1% ou 28,8 milhões de toneladas), na primeira safra do milho (16,2% ou 4,1 milhões de toneladas), na segunda safra do milho (2,5% ou 2,1 milhões de toneladas), no algodão herbáceo em caroço (1,3% ou 53 mil toneladas), no sorgo (5,3% ou 150 mil toneladas)

e na primeira safra do feijão (3,7% ou 40 mil toneladas), da terceira safra de feijão (1% ou 6 mil toneladas) e trigo (16,2% ou 1,6 milhão de toneladas).

Na última pesquisa referente à produção de 2022, o IBGE estimou uma safra de 263,2 milhões de toneladas, 3,9% a mais que no ano anterior. Além da queda de 11,4% da soja, foram estimadas queda de 8,3% para o arroz e altas de 25,5% para o milho, de 28,5% para o milho e de 15,2% para o algodão (em caroço). (Agência Brasil)

Por outro lado, são esperadas quedas nas produções de arroz (3,4% ou 360 mil toneladas)

da segunda safra de feijão (1,3% ou 13,2 milhões de toneladas), da terceira safra de feijão (1% ou 6 mil toneladas) e trigo (16,2% ou 1,6 milhão de toneladas).

Na última pesquisa referente à produção de 2022, o IBGE estimou uma safra de 263,2 milhões de toneladas, 3,9% a mais que no ano anterior. Além da queda de 11,4% da soja, foram estimadas queda de 8,3% para o arroz e altas de 25,5% para o milho, de 28,5% para o milho e de 15,2% para o algodão (em caroço). (Agência Brasil)

Inflação acelerou em todas as faixas de renda em dezembro

As cestas de compras de todas as faixas de renda tiveram aumento em dezembro, segundo pesquisa divulgada na quinta-feira (12) pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea). O outro grupo que exerce pressão é da saúde e cuidados pessoais, que teve um impacto mais equilibrado entre as faixas de renda, mas também pesou mais na cesta de compras dos mais pobres.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já tinha divulgado que o índice geral fechou dezembro em 0,62%, enquanto a variação havia sido de 0,41% em novembro. Na cesta de compras das famílias de renda muito baixa a variação mensal foi de 0,71% acima da média geral, calculou o Ipea.

As famílias de renda baixa e média baixa também tiveram inflações acima do índice geral, com 0,67% e 0,69%, respectivamente. Estão incluídos no primeiro grupo as famílias que recebem entre R\$ 1.726,01 e R\$ 2.589,02. Já no segundo, aquelas que ganham entre R\$ 2.589,02 e R\$ 4.315,04.

As fatias da população classificadas como de renda média, média alta e alta tiveram inflação menos intensa que as mais pobres em dezembro. Mesmo assim, o índice também foi superior ao de novembro. Os percentuais foram de 0,62%, 0,59% e 0,50%, respectivamente.

É considerada família de renda média pelo Ipea aquela que soma entre R\$ 4.315,04 e R\$ 8.630,07 por mês. Em seguida, o grupo de renda média alta ganha entre R\$ 8.630,07 e R\$ 17.260,14. Já o grupo de renda alta tem ganhos mensais superiores a R\$ 17.260,14.

Saúde e alimentação

Uma das causas do maior impacto da inflação pesar nas cestas de compras de famílias

mais pobres foi a alta nos preços no grupo de alimentação e bebidas. Essas famílias são as que gastam o maior percentual de suas rendas com alimentação, e, por isso, acabam mais afetadas. O outro grupo que exerce pressão é da saúde e cuidados pessoais, que teve um impacto mais equilibrado entre as faixas de renda, mas também pesou mais na cesta de compras dos mais pobres.

Segundo o Ipea, esses dois grupos de gastos respondem por mais da metade da inflação das famílias de renda muito baixa, com 0,43 ponto percentual dos 0,71% de inflação. Entre as famílias de renda alta, esses mesmos grupos correspondem a 0,21 ponto percentual dos 0,50% de inflação.

Acumulado em 2022

Com o fechamento de dezembro, o índice de inflação geral de 2022 foi de 5,78%, uma desaceleração em relação a 2021, quando somou 10,06%. Apesar da queda, o indicador ficou acima da meta estipulada pelo Banco Central, que era um índice de, no máximo, 5%.

O Ipea destacou que, "ao contrário do ocorrido no triênio anterior (2019-2021), a inflação acumulada em 2022 foi menor para o segmento de renda muito baixa (6,35%) relativamente ao observado na faixa de renda alta (6,83%)". A menor taxa de 2022 foi verificada na classe de renda média baixa, de 5,59%.

A maior pressão inflacionária no ano de 2022 veio do grupo de alimentação e bebidas, com destaque para cereais (8,7%), farinhas e massas (22,7%), frutas (40,2%), leite e derivados (22,1%), aves e ovos (7,9%) e panificados (20,6%). Para as famílias de renda muito baixa e baixa, mais da metade da inflação veio desse grupo. (Agência Brasil)

Conab reduz previsão da safra de grãos para este ano

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) reduziu a previsão da safra de grãos brasileira 2022/23 de 312,2 milhões para 310,9 milhões de toneladas. Os dados constam do 4º Levantamento da Safra de Grãos 2022/23, divulgado no anúncio passado, que foi em dezembro, em decorrência principalmente da redução da produção da produtividade do milho primeira safra e da soja, causada pela restrição hídrica no Rio Grande do Sul", disse o presidente da Conab, Guilherme Ribeiro.

Entretanto, o levantamento mostra que a soja, o principal produto cultivado no país, está com o plantio próximo da conclusão, com expectativa de produção para

houver restrições hídricas, aliadas à baixa umidade do solo em parte da Região Centro-Oeste e na região do Mato-piba, que engloba os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia".

"Isso significa uma redução de 0,4% no total da safra em relação ao anúncio passado, que foi em dezembro, em decorrência principalmente da redução da produção da produtividade do milho primeira safra e da soja, causada pela restrição hídrica no Rio Grande do Sul", disse o presidente da Conab, Guilherme Ribeiro.

Entretanto, o levantamento mostra que a soja, o principal produto cultivado no país, está com o plantio próximo da conclusão, com expectativa de produção para

a oleaginosa em 152,7 milhões de toneladas, 22,2% superior à da safra 2021/22.

A Conab disse que o plantio do milho primeira safra está na reta final, restando apenas áreas no Rio Grande do Sul e no Mato-piba para concluir as operações.

"As condições climáticas variaram nas regiões produtoras, com excesso de precipitações em Goiás e Minas Gerais, e baixos volumes ou mesmo ausência de chuvas no Maranhão e no sul do Brasil. A produção prevista para este ciclo é de 26,46 milhões de toneladas, 5,7% superior ao obtido na temporada passada", disse a companhia.

Para o arroz, a Conab prevê uma redução de área de 9,3%,

estimada em 1,5 milhão de hectares, com previsão de produção de 10,4 milhões de toneladas. Também é esperado uma queda de 1,8% na área total prevista a ser semeada de feijão. Já a colheita somando as três safras do ano anterior pode chegar a 2,96 milhões de toneladas.

Dentre as culturas de inverno, o destaque ficou o trigo, que teve a colheita encerrada. A produção do cereal atingiu um novo recorde, estimada em 9,8 milhões de toneladas, volume 27,2% acima quando comparado à safra passada. O resultado é influenciado tanto pelo crescimento da área quanto pelas boas condições climáticas. (Agência Brasil)

Entre as culturas de inverno, o destaque ficou o trigo, que teve a colheita encerrada. A produção do cereal atingiu um novo recorde, estimada em 9,8 milhões de toneladas, volume 27,2% acima quando comparado à safra passada. O resultado é influenciado tanto pelo crescimento da área quanto pelas boas condições climáticas. (Agência Brasil)

Cade instaura processo sobre conduta do mercado de combustíveis no DF

O Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (Cade) instaurou processo administrativo para investigar possíveis condutas anticompetitivas do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF). O objetivo é apurar suposta promoção de conduta uniforme entre revendedores de combustíveis concorrentes.

Segundo o Cade, a investigação, liderada pela Superintendência-Geral (SG) do órgão,

também se estende ao presidente do sindicato, Paulo Roberto Correa Tavares, devido às "reiteradas manifestações públicas realizadas pelo Sindicombustíveis-DF, acerca da necessidade de elevações de preços dos combustíveis automotivos praticados pelos postos revendedores localizados no Distrito Federal."

As manifestações alvo do processo se referem a declarações do presidente do sindicato, ocorridas em 2021, 2022 e 2023. No processo, o

Cade afirma que o dirigente especificava os valores que esperava que fossem praticados pelos postos revendedores, em função da elevação de custos ou de outros fatores.

Também são investigadas comunicações feitas pelo Sindicombustíveis-DF aos postos revendedores que, possivelmente, induziam os filiados da entidade a elevar o preço dos combustíveis nos valores previstos pela entidade de classe. "A SG/Cade reconhece a importância da atuação dos sin-

dicatos na organização e representação das respectivas categorias, mas ressalta que, em um regime de livre mercado e de liberdade de preços, não cabe aos sindicatos orientarem o mercado revendedor sobre como precificar a venda dos combustíveis automotivos, cabendo individualmente a cada agente econômico atuante no mercado de venda de combustíveis tomar sua própria decisão acerca de sua própria política comercial", disse o Cade. (Agência Brasil)

Lula sanciona lei da Política Nacional de Educação Digital

Anderson Torres voltará ao Brasil “logo que possível”, diz advogado

A defesa do ex-secretário de Segurança do Distrito Federal, Anderson Torres, informou que seu cliente retornará dos Estados Unidos ao Brasil, assim que conseguir lugar em um voo. O advogado Demóstenes Torres, que integra a defesa do ex-secretário, atribuiu a dificuldade de seu cliente de regressar ao país à pane no sistema de controle de voos norte-americanos.

“A informação que temos é que ele está tentando comprar passagem e pretende retornar ao Brasil tão logo seja possível, para cumprir a decisão do ministro Alexandre de Moraes — decisão que foi respaldada pelos demais ministros do Supremo Tribunal Federal”, disse Demóstenes à Agência Brasil, no fim da manhã da quinta-feira (12). Segundo o advogado, Anderson Torres pode viajar ainda nesta quinta-feira.

Delegado federal de carreira e ex-ministro da Justiça e Segurança Pública do governo Bolsonaro, Anderson Torres assumiu a secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal no último dia 2. Quatro dias depois, após substituir ocupantes de cargos-chave na segurança, viajou de férias para os Estados Unidos.

No domingo (8), vândalos e golpistas que participavam de atos antidemocráticos invadiram e depredaram o Palácio do Planalto e os prédios do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF), evidenciando as falhas no esquema de segurança montado.

Férias e exoneração

Enquanto o insuficiente efetivo policial mobilizado tentava conter o avanço da multidão empregando bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, Anderson Torres usou sua conta pessoal no Twitter para, à distância, classificar como “lamentáveis” e “inconcebíveis” as cenas transmitidas não só pela imprensa, mas também por pessoas que usavam as redes sociais para exibir a depredação do patrimônio público. Também pelo Twitter, o ex-secretário afirmou ter deter-

minado que todo efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil atuasse “firmemente” para restabelecer a ordem com urgência.

Anderson Torres alega ter viajado de férias. Contudo, o próprio governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, já disse que as férias pré-agendadas pelo ex-secretário só começariam na segunda-feira (9) e que, portanto, cabia a ele a responsabilidade de comandar as forças de segurança distritais responsáveis pelo policiamento ostensivo na Esplanada dos Ministérios.

Ainda no domingo à tarde, enquanto as cenas de vandalismo corriam o mundo, o governador Ibaneis Rocha anunciou a exoneração de Anderson Torres. Posteriormente, o próprio governador acabou afastado do cargo por 90 dias, por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, que atribuiu a Ibaneis e a Torres “descaso e omissão”.

Prisão

Moraes também determinou a prisão de Torres e do ex-comandante da Polícia Militar do DF, coronel Fábio Augusto Vieira, responsável pelo patrulhamento ostensivo local. Vieira, que comandava a tropa que atuou durante os ataques às sedes dos Três Poderes, foi exonerado do cargo no último dia 9 e preso na última terça-feira (10).

Com o afastamento temporário de Ibaneis, a vice-governadora, Celina Leão, assumiu interinamente o governo do Distrito Federal. Além disso, no domingo à noite, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decretou a intervenção federal na segurança pública do Distrito Federal até o próximo dia 31. Apontando a necessidade de “conter o grave comprometimento da ordem pública no DF, marcado pela violência contra prédios públicos”, Lula nomeou o secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Cappelli, como interventor. (Agência Brasil)

O Brasil terá Política Nacional de Educação Digital (Pned) para garantir o acesso, sobretudo das populações mais vulneráveis, a recursos, ferramentas e práticas digitais. O Pned, aprovado pelo Congresso Nacional no ano passado, foi sancionado na quarta-feira (11) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicado no Diário Oficial da União.

O objetivo da Pned, conforme o texto da lei, é articular os programas, projetos e ações de municípios, estados, Distrito Federal e União, de diferentes áreas e setores governamentais, para potencializar e melhorar os resultados dessas políticas públicas.

A Pned tem quatro eixos de atuação, cada um com ações específicas: a inclusão digital, a educação digital escolar, a capacitação e especialização digital e a pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação e comunicação.

Entre as ações previstas estão o treinamento de competências digitais, midiáticas e informacionais e a conscientização a respeito dos direitos sobre o

uso e o tratamento de dados pessoais. Está prevista também a promoção da conectividade segura e da proteção dos dados da população mais vulnerável, em especial de crianças e adolescentes.

Recursos

Os recursos para a execução da política virão de dotações orçamentárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; de doações públicas ou privadas; do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, a partir de 1º de janeiro de 2025; e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações.

A lei prevê que ainda que, para a implementação da Política Nacional de Educação Digital, poderão ser firmados convênios, termos de compromisso, acordos de cooperação, termos de execução descentralizada, ajustes ou instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, bem como com entidades pri-

vadas, nos termos de regulamentação específica.

Vetos

A lei sancionada recebeu três vetos, a pedido do Ministério da Educação (MEC), que serão analisados em sessão do Congresso Nacional. Um dos vetos é o inciso que previa que a educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, fosse componente curricular do ensino fundamental e do ensino médio. Segundo o governo, o veto ocorreu porque, para fazer parte do currículo escolar, os conteúdos precisam passar pela aprovação do Conselho Nacional de Educação e do MEC.

Outro veto foi a trecho que previa que o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) priorizasse os programas de imersão de curta duração em técnicas e linguagens computacionais. Para o governo, no entanto, a prioridade não é necessária, uma vez que não há qualquer impedimento ao financiamento desses cursos pelo Fies. O terceiro veto diz respeito

à definição do que é livro, algo que, com os novos formatos e novas tecnologias, está sendo discutido em um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional.

Pandemia

O projeto que cria a Pned teve origem na Câmara dos Deputados, em setembro de 2020, em meio à pandemia de covid-19, e é de autoria da deputada Angela Amin (PP-SC).

“A apresentação do presente projeto de lei está relacionada à verdadeira revolução que as tecnologias digitais estão provocando em nossa sociedade, que foram evidenciadas de forma explícita pela pandemia de covid-19, em todos os setores da atividade humana e, particularmente, na educação. As crianças hoje nascem, crescem e vivem em um mundo onde as tecnologias digitais são onipresentes”, justificou a deputada.

De acordo com a parlamentar, a intenção é instituir uma política de educação digital abrangente, que resulte em benefícios difusos para toda a sociedade brasileira. (Agência Brasil)

Gastos com cartão corporativo de ex-presidentes são liberados

O governo federal tornou público, na quinta-feira (12), os gastos com o cartão corporativo dos ex-presidentes da República entre 2003 e 2022. Regido por um decreto federal, o cartão de gastos do governo é utilizado para pagamento de despesas materiais e prestação de serviços, como hospedagem, transporte e alimentação, por exemplo.

Segundo o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), Paulo Pimenta, a liberação dessas informações — que abrangem os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) — atende a determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), tomada

em novembro do ano passado. Desde 2017, segundo o ministro, a corte de contas discutia a forma como essas informações deveriam ser divulgadas.

Pela Lei de Acesso à Informação, os dados que coloquem em risco o presidente e vice-presidente, incluindo cônjuges e familiares, deve ser mantido sob sigilo até o término do mandato.

“O Acórdão do TCU do dia 30/11 determinou que a divulgação deve ser feita e com transparência ativa, portanto, publicada no site de transparência do governo”, explicou Pimenta.

Para cumprir a determinação, o governo anterior teria disponibilizado os dados até 2018, no fim de dezembro. Já no dia 6 de janeiro, com o término do mandato de Bolsonaro, os dados do período 2019 a 2022 tam-

bém foram incluídos.

A disponibilização dos números também é decorrente de um pedido da agência Fiquem Sabendo, especializada no acesso a informações públicas.

Pelas planilhas disponibilizadas, o ex-presidente Jair Bolsonaro, que terminou o mandato no fim do ano passado, gastou cerca de R\$ 27,6 milhões entre 2019 e 2022 no cartão corporativo. A maior parte dos gastos se refere a hospedagem (R\$ 13,7 milhões), tanto em viagens nacionais quanto internacionais; alimentação e supermercado (R\$ 10,2 milhões). Também há gastos com abastecimento e outras despesas.

Recursos

De acordo com Paulo Pimenta, esses dados agora disponíveis sobre o cartão corporati-

vo presidencial não se referem a outros sigilos que estão sob análise da Controladoria Geral da União (CGU). No dia 1º de janeiro, logo ao tomar posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto determinando que a CGU analisasse a necessidade de manutenção ou levantamento de sigilo de uma série de dados.

O ministro explicou que, ao longo dos últimos 4 anos, mais de 65 mil informações solicitadas por cidadãos no Portal da Transparência tiveram acesso negado. Dessas, restaram 2 mil informações, em que os solicitantes interpueram recursos, e que caberá à CGU dar a palavra final. O órgão tem até o fim deste mês para emitir o parecer, conforme o decreto de Lula. (Agência Brasil)

Covid-19 se mantém no topo das internações por problemas respiratórios

O SARS-CoV-2, que causa a covid-19, se mantém como o principal vírus causador de síndromes respiratórias agudas graves (SRAG) no país, segundo o boletim InfoGripe divulgado na quinta-feira (12) pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Entre as crianças, porém, o vírus sincicial respiratório (VSR) tem maior prevalência.

O boletim mostra que, nas últimas quatro semanas, 77,8% das internações por síndromes respiratórias em que houve teste positivo para um vírus foram causadas pelo SARS-CoV-2. Entre a população em geral, o VSR responde por 12,6% dos casos, mas, entre as crianças, chega a 59%.

O predomínio do SARS-CoV-2 é ainda maior nas mortes por SRAG: entre os casos causados por vírus respiratórios, 96,6% estão associados à covid-19.

Vacinação

O cenário faz com que o coordenador do InfoGripe, Marcelo Gomes, reforce o apelo para que a população busque completar o esquema de vacinação contra a covid-19, com as duas doses de reforço.

“A covid-19 continua sendo o principal motivo de internação por problemas respiratórios na população adolescente e adulta de nosso país. É isso que os dados de notificação têm nos mostrado. Dado esse cenário, é fun-

damental que a população esteja em dia com a vacinação contra a covid-19. A vacina é o nosso principal mecanismo para proteger a nossa saúde e a nossa vida contra a covid-19”, afirma.

Gomes lembra ainda que as crianças também devem ser vacinadas e lamenta que apenas cerca de 39% da população infantil, de 3 a 11 anos, finalizou o esquema vacinal contra a doença no país.

“Nós chama atenção que, infelizmente, atualmente um percentual importante da população tem se mostrado em dívida se vale a pena ou não vacinar principalmente as crianças e adolescentes”, avalia o pesquisador, que cita um estudo que indicou que a covid-19 causou a

morte de duas crianças de até 5 anos por dia no Brasil em 2020 e 2021.

Desde 12 de dezembro, a média móvel de mortes de pessoas de todas as idades por covid-19 voltou a ultrapassar 100 vítimas por dia, o que não acontecia desde agosto, segundo dados do painel Monitora Covid-19, da Fiocruz. Somente na quarta-feira (11), quase um mês depois, a média de mortes diárias caiu abaixo de 100, chegando a 96.

A pandemia de covid-19 já provocou a morte de 695.088 pessoas no Brasil, o segundo maior número de vítimas em todo o mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde. (Agência Brasil)

Lote de 754 mil doses da CoronaVac vai reforçar vacinação de crianças

O Ministério da Saúde recebeu na quarta-feira (11) 754 mil doses da CoronaVac para reforçar a vacinação contra a covid-19. A entrega faz parte de um contrato aditivo firmado com o Instituto Butantan e, de acordo com a pasta, um novo aditivo deve ser assinado nos próximos dias, garantindo a compra de 2,6 mi-

lhões de doses no total.

De acordo com o ministério, as doses já entregues estão sob análise do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde e serão distribuídas nos próximos dias.

As primeiras doses devem ser usadas para dar continuidade à imunização de crianças de 3 a 11 anos. Segundo a pasta,

as doses de vacina serão distribuídas de maneira isonômica, conforme solicitação de cada ente federativo e do cálculo de público-alvo.

O ministério informou que, na quinta-feira, o país registrou a maior queda na média móvel de mortes por covid-19 desde 17 de novembro de 2022. Para manter a tendência de queda, a

pasta reitera a importância das doses de reforço, inclusive para crianças, “garantindo uma proteção mais efetiva contra o coronavírus”.

“Todos os imunizantes aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para uso no Brasil são seguros e têm sua eficácia comprovada”, reforçou. (Agência Brasil)

AGRO CARTOON **PICAZO**

PROJEÇÃO
PRODUÇÃO BRASILEIRA DE
ALGODÃO DEVE AUMENTAR EM 2023
SETOR PRODUTIVO DEVE AUMENTAR
A ÁREA NESTA TEMPORADA

DESENHO: REPRODUÇÃO / INTERNET
FONTE: AGROLINK



FACEBOOK.COM/MAURICE.PICAZO

MAJUGRAF

A Gráfica Certa que você precisa
www.majugraf.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

